



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 834, DE 2011**

**(Do Sr. Carlinhos Almeida)**

Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 6.538, de 22 de julho de 1978, com o objetivo de ampliar o direito de acesso domiciliar ao serviço postal e de telegrama.

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIAÇÃO:**

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

### **PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 6.538, de 22 de Julho de 1978, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 4º - .....

Parágrafo único - As disposições legais e regulamentares não poderão restringir a entrega dos objetos postais em domicílio, ressalvados os casos em que há riscos à integridade física do carteiro”. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto visa dar efetividade ao direito previsto pela Lei nº 6.538, que garante a todos receber a prestação de serviços postais e do serviço de telegrama.

A inclusão do § 1º ao art. 4º amplia a possibilidade de o cidadão receber em domicílio objetos postais, hoje restritos pela regulamentação da Lei.

A Portaria nº 311, de 18 de dezembro de 1998, do Ministério das Comunicações, estabelece no Art. 4º a garantia de entrega de objetos postais apenas aos domicílios em que:

*“I - os logradouros estejam oficializados junto à prefeitura municipal e possuam placas identificadoras;*

*“II - os imóveis possuam numeração idêntica oficializada pela prefeitura municipal e caixa receptora de correspondência, localizada na entrada;*

*“III - a numeração dos imóveis obedeça a critérios de ordenamento crescente, sendo um lado do logradouro par e outro ímpar; (...)”*

Apesar de oferecer como alternativa a distribuição em Unidade Postal e em Caixas Postais Comunitárias, ao condicionar a entrega de objetos postais em domicílio aos critérios citados, a regulamentação extrapola os limites previstos pela Lei, restringindo indevidamente o direito do cidadão.

A norma foge ao razoável quando desconhece a distância entre a cidade formal e a cidade real que, levada a limite extremo, exclui grande parte da população do acesso a um serviço público essencial, criando problemas ao cidadão que muitas vezes não recebe ou recebe com atraso contas e outras correspondências de seu interesse, causando prejuízos financeiros devido a multas por atraso e contratemplos incomensuráveis, quando não irreversíveis.

Ressalte-se, por fim, que a normas atuais não se coadunam com os princípios inclusivos presentes, por exemplo, no Estatuto das Cidades e na lei nº 11.977/09, que instituiu o Programa Minha Casa Minha Vida, que justamente buscam superar essa dicotomia existente no interior das cidades brasileiras, para incorporar amplas parcelas da população que permanecem à margem dos direitos de cidadania.

Considerando-se ainda que os serviços postais sejam monopólio do Estado, é razoável que a regulamentação da Lei inclua outras formas de identificação dos domicílios, que busquem levar em conta o interesse público e a razoabilidade entre o custo e o benefício para a sociedade.

Pelo significado de que se reveste o presente projeto de lei, conto com o apoio dos eminentes Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 23 de março de 2011.

**Deputado Carlinhos Almeida (PT-SP)**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**LEI N° 6.538, DE 22 DE JUNHO DE 1978**

Dispõe sobre os Serviços Postais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,  
Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte  
Lei:

**TÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 4º É reconhecido a todos o direito de haver a prestação do serviço postal e do serviço de telegrama, observadas as disposições legais e regulamentares.

Art. 5º O sigilo da correspondência é inviolável.

Parágrafo único. A ninguém é permitido intervir no serviço postal ou no serviço de telegrama, salvo nos casos e na forma previstos em lei.

.....

.....

## **PORTARIA Nº 311, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1998**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, Interino, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, Parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e com suporte no Decreto Nº 2.389, de 18 novembro de 1997, resolve:

Art. 1º Disciplinar a distribuição postal de objetos dos serviços de carta, de telegrama, de impresso e de encomenda não urgente, de acordo com os princípios gerais definidos nesta Portaria.

Art. 2º Determinar que a distribuição postal de que trata o art. 1º seja realizada nos municípios caracterizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, da seguinte maneira:

I - em domicílio;

II - centralizada em unidade Postal ou em Módulo de Caixas Postais Comunitárias–CPC.

Art. 3º A distribuição postal obedecerá as seguintes freqüências mínimas:

### **FREQÜÊNCIAS MÍNIMAS**

Duas vezes por semana

Três vezes por semana

Cinco vezes por semana

### **POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**

Até 5.000

Acima de 5.000 até 50.000

Acima de 50.000

§ 1º A distribuição postal, conforme estabelecida neste artigo, deverá estar implantado até 31 de dezembro de 1999

§ 2º Nas áreas rurais e nos aglomerados urbanos dos municípios que atendam às condições descritas no art. 4º, mas que não tenham uma quantidade mínima diária de trezentos objetos postais, concentrados em um raio de três quilômetros, a freqüência de distribuição será de, no mínimo, uma vez por semana.

Art. 4º A distribuição em domicílio será garantida quando atendidas as seguintes condições:

I - os logradouros estejam oficializados junto a prefeitura municipal e possuam placas identificadoras;

II - os imóveis possuam numeração idêntica oficializada pela prefeitura municipal e caixa receptora de correspondência, localizada na entrada;

III - a numeração dos imóveis obedeça a critérios de ordenamento crescente, sendo um lado do logradouro par e outro ímpar; e

IV - os locais a serem atendidos ofereçam condições de acesso e de segurança de modo a garantir a integridade física do carteiro e dos objetos postais a serem distribuídos.

Art. 5º A distribuição centralizada em Unidade Postal ocorrerá quando:

I - as condições definidas no art. 4º não forem integralmente satisfeitas;

II - o objeto, por suas características, tais como peso, dimensões e condições de entrega, não possa ser entregue em domicílio;

III - o endereçamento assim o determinar.

§ 1º A distribuição centralizada ocorrerá em Módulos de Caixas Postais Comunitárias quando, além das condições descritas nos incisos deste artigo, se verificarem as condições previstas na Portaria/MC nº 141, de 28 de abril de 1998.

§ 2º No caso de localidades com menos de quinhentos habitantes, o objeto postal ficará disponível na Unidade Postal mais próxima do endereço indicado.

Art. 6º A distribuição postal dos objetos endereçados a edifício residencial com mais de um pavimento, centro comercial, repartições públicas, hotel, pensão, quartel, hospital, asilo, prisão, escritório, empresa ou companhia comercial ou industrial, embaixada, legação, consulado, associações, estabelecimentos de ensino, estabelecimento religioso, estabelecimento bancário ou qualquer outra coletividade, será feita por meio de uma caixa receptora única de correspondências, instalada na área de acesso à edificação ou do porteiro, administrador, zelador ou pessoa destacada para esse fim. Parágrafo único. Poderá ser adotada outra modalidade de distribuição, desde que não haja prejuízo da garantia mínima fixada no caput deste artigo.

Art. 7º no caso de impossibilidade de entrega ao destinatário ou a quem de direito, por qualquer motivo, o objeto será devolvido ao remetente, exceto no caso de impressos sem devolução garantida ou automática, os quais serão destinados a refugo

Art. 8º A ECT deve apresentar à Secretaria de Serviços Postais do Ministério das Comunicações, até sessenta dias após a publicação desta Portaria, o planejamento de implantação da distribuição postal conforme estabelecido neste ato.

§ 1º O planejamento deverá conter, no mínimo, as seguintes previsões para cada etapa de implantação:

I - total da população atendida com distribuição domiciliaria; e

II - total de população atendida com distribuição centralizada.

§ 2º Os planejamentos futuros para a expansão ou readequação dos serviços de distribuição postal deverão ser encaminhados anualmente à Secretaria de Serviços Postais do Ministério das Comunicações.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

**FIM DO DOCUMENTO**